

version en portugais

STATEMENT BY

Maria de Lourdes Pintasilgo

President of the

**INDEPENDENT COMMISSION FOR
POPULATION AND QUALITY OF LIFE**

at the

World Summit for Social Development

Copenhagen, 9 March 1995



A Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida partilha a visão do desenvolvimento social que tem sido elaborado pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. E fá-lo com um sentido forte de urgência e de responsabilidade para com o futuro.

Na verdade, se a comunidade internacional não é capaz de fazer face ao desenvolvimento social de todas as pessoas que vivem hoje no planeta; se tem no seu seio mais de mil milhões de pessoas vivendo na pobreza absoluta e centenas de milhões, invocados de modo no Forum das ONG, com uma carga de sofrimento inaceitável; se gerou no próprio cerne dos países ricos o declínio das oportunidades de trabalho e provocou a marginalização de sectores crescentes da população; - como é que essa mesma comunidade internacional poderá fazer face ao inevitável crescimento da população nas próximas décadas: de dois mil milhões e meio de pessoas, segundo as estimativas mais baixas (o que equivale a quase 2 Chinas mais!) a mais de 4 mil milhões de pessoas, segundo as estimativas médias (o que equivale grosso modo à totalidade do mundo de 1975 a acrescentar ao mundo de hoje!!)?

É evidente que não bastam intenções generosas. Os próprios fundamentos da organização da vida social e económica são postos em questão. Outras perspectivas de análise são necessárias para que soluções humanas possam ser esboçadas.

As Conferencia do Rio (1992) e do Cairo (1994) mostraram claramente que os factores que ameaçam a vida humana no planeta, que comprometem a segurança humana e que podem pôr em perigo a sobrevivência e a segurança colectiva, são o resultado dos efeitos combinados do crescimento da população e da pobreza com modelos de

consumo baseados no desperdício e com tecnologias destruidoras da vida biológica.

O desenvolvimento social não pode ignorar esses factores complexos que estão para além de causas isoladas e redutoras dos problemas.

Pelo contrário. Um programa de acção realista para o desenvolvimento social tem de ir até às raízes dos problemas, onde se manifestam os efeitos conjugados de factores bem diversos.

A Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida está unanimemente convencida de que um tal programa só poderá ser definido e iniciado se a comunidade internacional estiver disposta a questionar o contracto social implícito que está na base da actual desorganização social do mundo.

Por isso acolhemos com regozijo e expectativa a referência que o Secretario Geral Boutros Boutros-Ghali fêz, no seu discurso inaugural desta Cimeira, à necessidade de um novo contracto social.

Fundação Cuidar o Futuro

Estamos firmemente convictos de que o contracto social em sociedades onde as pessoas possam gozar de plena cidadania, ser lives e participativas, desembocará num novo equilíbrio dinâmico entre os vários grupos sociais, especialmente entre os homens e as mulheres, e assegurará uma fisionomia mais humana ao sistema de produção.

Só um novo contracto social fornecerá o quadro coerente dentro do qual a pobreza, o desemprego e a exclusão - as preocupações centrais desta Cimeira - poderão ser combatidos com eficácia.

O primeiro elemento decisivo deste novo contracto social é, aos olhos da Comissão, um contracto sexual reformulado. Por este caminho abrir-se-ão tanto para as mulheres como para os homens

novas possibilidades de participação tanto nas responsabilidades familiares como nas responsabilidades profissionais e cívicas.

Se não se puser um termo à discriminação contra as mulheres e se as mulheres não assumirem um papel decisivo a todos os níveis da tomada de decisão, os problemas que a humanidade enfrenta hoje não poderão ser resolvidos.

Só um contracto social que liberte mulheres e homens da distribuição patriarcal de papéis e de poder entre os sexos permitirá que as mulheres contribuam plenamente para a melhoria da qualidade de vida de todos e que assim à todos os países possam planear de forma realista a erradicação da pobreza.

Neste contexto, consideramos:

- que as estratégias específicas contra a pobreza, delineadas a nível nacional com alvos concretos e de acordo com um calendário fixo, devem, sem hesitação, tomar as mulheres como o seu foco central;
- que as políticas sociais que respondem às necessidades básicas das mulheres, e particularmente as que se dirigem às suas necessidades não-respondidas nos domínios da saúde e da educação, deveriam ser os pilares do desenvolvimento social na próxima década. Neste contexto, a Comissão apoia firmemente a proposta 20/20 como um instrumento decisivo e indispensável para que haja progresso na situação social no mundo.

O contracto social deve também ser transformado nos pressupostos dos esquemas de produção e de consumo. Sobretudo, deve incluir uma inflexão radical no que tem sido chamado de contracto natural, como a Agenda 21, aprovada no Rio, claramente indicou.

É isto que o movimento das mulheres, representado em centenas de ONGs no Forum desta Conferência, não se tem cansado de dizer durante estes dias.



Os custos sociais e ecológicos, como os custos directamente económicos, que derivam da escolha de tecnologias, de produção de resíduos, de exigências do "marketing", têm de ser internalizados.

Desse indispensável processo de clarificação surgirão outras esquemas e lógicas de formação de preços e de atribuição de cargas fiscais. Mudarão os modelos de consumo que se aproximarão então mais das condições de uma qualidade de vida digna. O proprio comercio, que é cego quanto às necessidades dos seres humanos e de natureza, virá a ser regulado e os seus ganhos redistribuídos com mais equidade.

Também as consequências sociais directas serão importantes. A natureza e o número de oportunidades de trabalho serão modificados e enriquecidos.

Por isso a Comissão considera como tarefa urgente, uma nova compreensão, e mesmo uma redefinição do trabalho tal como decorre, especialmente, das experiências múltiplas das actividades das mulheres - e que vão desde o significado e as condições do "sector informal" com que as mulheres aguentam a economia social em muitos países do Sul, até às consequências do conceito de "sociedade activa" que desponta, através da OCDE, nos países industrializados.

Como consequência das transformações no contracto social, a economia será necessariamente obrigada a reorientar os seus objectivos. Terá que evoluir da perspectiva dominante hoje para uma economia sempre ao serviço da qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto, a Comissão considera que a avaliação das decisões tomadas a nível internacional e directamente relacionadas com os elementos de base do contracto social deve ser refocada num novo acordo internacional para ser objecto de discussão aberta e de negociação entre os governos e a sociedade civil.

O contracto social, quando encarado nestas dimensões essenciais, não é um remoto cenário de opção nem um sonho utópico. É um imperativo de responsabilidade ética se queremos, de facto, alcançar um nível mínimo de equidade e justiça à escala global.

Fundação Cuidar o Futuro

